



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

## PARECER JURÍDICO LCR – 104/2022

**EMENTA:** Projeto de Lei nº 1.336/2022 que Autoriza a abertura na Lei Municipal nº 2.037, de 17 de dezembro de 2021, de Crédito Adicional Especial, nos termos do inciso II, do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

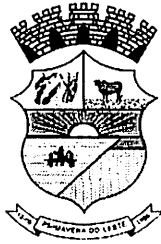
Instado a me manifestar, nos termos do art. 226, do RICM, sobre a viabilidade de tramitação **Projeto de Lei nº 1.336/2022 que Autoriza a abertura na Lei Municipal nº 2.037, de 17 de dezembro de 2021, de Crédito Adicional Especial, nos termos do inciso II, do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, passo a opinar, com as seguintes considerações:

O presente Projeto, de autoria do Executivo Municipal, visa obter autorização desta Casa Legislativa para abertura de crédito adicional, objetivando suprir necessidades financeiras na Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme descreve.

Em sua Justificativa, encartada às fls. 004/006, o Autor demonstra as razões e a pertinência do presente Projeto de Lei, aduzindo que o mesmo será destinado “... *para realização de obras de Prolongamento, Drenagem e Pavimentação da Rua do Comércio* ...” (sic).

Elenca, ainda, a Ação que será implementada através da Fonte 1704 – Transferências da União, no valor de R\$ 2.604.676,83 (dois milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos).

A Lei 4.320/1964, autoriza a abertura de crédito adicional especial, que no caso presente, se justifica pelo excesso de arrecadação, ou seja, o aporte do referido valor, decorrente de transferência da União.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Neste sentido, assim disciplina a referida Lei 4.320/64:

***Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.***

***§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:***

***(...)***

***III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;***

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atendem aos dispositivos legais, em especial quanto ao Regimento Interno, art. 89, § 1º, inciso III, combinado com o artigo 37, § 1º, inciso II, alínea d, da Lei Orgânica Municipal.

Portanto, sob o aspecto formal, o presente Projeto de Lei está coberto pela legalidade, podendo ter seu seguimento regular.

Recomendo, assim, o encaminhamento do PL à Comissão de Justiça e Redação e à Comissão de Economia e Finanças e Orçamento caberá a apreciação formal e material quanto ao Projeto de Lei em tela.

Desta forma, não encontrando nenhum óbice legal que impeça a tramitação do Projeto de Lei sob análise, de forma que, com tais considerações, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito.

É o meu parecer.

Primavera do Leste, 24 de junho de 2022.

  
**Luiz Carlos Rezende**  
Assessor Jurídico  
OAB/MT 8987-B